

AC

ACE

7

7

8

9

|

/

7

4

CNF

|

/

|

CONFIDENCIAL

AGÊNCIA CENTRAL
020974 11.10.74
PROTOCOLOMINISTÉRIO DO EXERCÍTO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA, DF, 10 de outubro de 1974.

INFORMAÇÃO N.º 1569 /S-102-A9-CIE

1. ASSUNTO: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
2. ORIGEM: III EX
3. DIFUSÃO: SNI/AC
4. DIFUSÃO ANTERIOR:
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXO: Cópia xerox "Textos para Discussão"

77891

Este Centro informa que o epigraçado é professor universitário, foi cassado pelo AI-5, decreto de 29/Abr/69, elemento subversivo e contestador do Regime Brasileiro, tem participado ativamente da campanha do MDB.

No dia 09 Ago 74, às 2000 horas, promovida pelo Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, do MDB, abordando o tema: "O MDB NA CONJUNTURA POLÍTICA ELEITORAL".

Do acompanhamento da referida conferência resultaram as seguintes observações:

a. Houve a presença em grande número de estudantes universitários, sendo identificados nominalmente os seguintes componentes do DCE/UFRGS:

- ROSA MARIA GONÇALVES GARCIA - Arquitetura - Setor Intercâmbio - DCE.
- DANILO ROLIM DE MOURA - Medicina - Secretaria Cultural-DCE.

b. Compareceram representantes do MDB de CAXIAS DO SUL, RIO GRANDE e SANTA MARIA, os quais não foi possível identificar nominalmente.

c. Igualmente, constatou-se a presença de representantes de Sindicatos de Operários.

d. Calcula-se que cerca de 800 pessoas assistiram à palestra.

A Sessão foi aberta pelo presidente do IEPES, deputado LIDOVINO FANTON, o qual não fez discurso, limitando-se a abrir a sessão. Em seguida tomou a palavra o sociólogo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, retirando-se nesse momento o presidente do IEPES.

O conferencista falou sobre os problemas que o governo atual es-

CONFIDENCIAL



CONTINUA

CONFIDENCIAL

2

(Cont da INFO

n.º

1519, s. 102 / A9 -CHL de

10 Out 74 02

tá enfrentando com a inflação. Disse "que o sistema implantado pelos governos da Revolução é de total responsabilidade deles e que o MDB não tem a mínima participação; portanto, não deve procurar soluções para os mesmos e que isso acontecendo, o MDB estará dando apoio. Deve, sim, aproveitar estas situações para fortalecer o Partido".

Falou que o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico é tardio e já existente em outros países do mundo, estando condicionado à economia de outros países já capitalistas. No caso do BRASIL, tentaram fazer crer que não existiam estes condicionamentos e que estávamos em tal grau de desenvolvimento econômico e industrial que o BRASIL tinha realmente "ESTOURADO".

Referiu-se a que um dos propósitos do IEPES é o de alertar as classes sociais, sindicais e estudantis para que se fortaleçam e, com isso, formar-se uma oposição mais forte e coesa.

O conferencista falou "Que o Governo da Revolução já não se contenta em amordaçar o povo, tirando-lhe o direito do voto e que até no Partido do Governo, ele faz interferência, não deixando que as direções regionais votem para escolher seus candidatos aos governos estaduais" (nesta oportunidade citou a sucessão do Governo do Estado de SÃO PAULO).

À entrada, o livreto em cópia anexa, era vendido à razão de CR\$ 5,00. Sob o cunho de textos para discussão, é abordado o assunto tema da palestra, isto é, as linhas programáticas do MDB na política eleitoral.



CONFIDENCIAL

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS,
ECONÔMICOS E SOCIAIS
- IEPPES -

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

O MDB NA CONJUNTURA POLÍTICA ELEITORAL
(as linhas programáticas)



4

O MDB NA CONJUNTURA POLÍTICA ELEITORAL

(as linhas programáticas)

I

O MDB nasceu numa conjuntura difícil da vida política brasileira quando as correntes autoritárias que se tornaram donas do poder depois de 1964 impuseram o Ato Institucional nº II. Rebeldes à tradição pluralista e democrática que se vinha fortalecendo desde 1945, as correntes autocráticas e centralizadoras tentaram erradicar do solo político brasileiro as saudáveis divergências democráticas que se vinham enraizando em algumas legendas partiçárias. Pensaram dar-lhes um golpe decisivo criando um esdrúxulo bi-partidismo organizado por decreto presidencial.

Sem o querer, entretanto, os autoritários lançaram as bases de uma oposição real: ao obrigar a definição entre adesistas e independentes o Ato que criou tanto a ARENA como possibilitou a criação do MDB fez pelo menos um corte político importante: Os que não quiseram dobrar-se às facilidades de um quase-partido Único foram lançados à legenda da Oposição.

Com o tempo as antigas divergências entre homens oriundos de várias legendas, cujas rixas muitas vezes eram episódicas e estavam presas aos interesses eleitorais-lo



cais, foram dando lugar a um estado de espírito mais homogêneo que teve como denominador comum a defesa intransigente das liberdades e da forma democrática de organização nacional.

Este estado de espírito, se assim se pudesse definir o ânimo dos emedebistas, foi suficientemente forte para mantê-los (em que pesem divergências internas naturais em qualquer partido democrático quanto às táticas a serem adotadas) coesos lutando contra o fortalecimento do regime descriç
cionário no Brasil e contra as tropelias governamentais e po
liciais. Não é necessário recordar essa luta, viva na memó-
ria nacional, em torno da defesa intransigente dos direitos
do homem, contra o AI-V, contra o centralismo autocrático que
ainda agora desferiu novo golpe na Constituição feita por e-
les próprios e promoveu a fusão da Guanabara e do Estado do
Rio sem consulta plebiscitária, contra o 477 que congela a vi-
ta universitária, contra a transformação crescente do Estado
na direção de um estado policial, a favor, em suma, da demo-
cracia e da soberania popular. Esta luta levou o partido a
proclamar uma anti-candidatura à presidência como forma de
protesto e de luta.

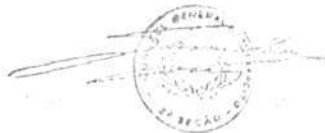
As dificuldades do regime para justificar o au-
toritarismo crescente perante o povo, perante os próprios se-
tores políticos dominantes e perante a opinião pública inter-
nacional, levaram agora a política dominante a um impasse. Es-
te impasse deriva também de que avançou tanto o processo de



criação de uma espécie de poder irresponsável juridicamente, chamando de "Sistema" - que a própria legalidade revolucionária, substativada na Presidência, acabou por ter de iniciar? especulações sobre uma nova institucionalidade. Assim, desde a posse do General Geisel e de seus discursos como candidato, o governo começou a tecer novas filigranas político-verbais em torno da questão do desenvolvimento máximo com um mínimo de segurança.

Não cabe à Oposição indicar ao governo como poderá ele escapar dos dilemas a que foi submetido pelos dez anos de Revolução. Cabe apenas anotar que na atual conjuntura o próprio Sistema está diante de opções árduas. O General Geisel mencionou em discurso de plataforma que não se sabe se as multinacionais atuam para bem ou para mal; que o Brasil deve decidir entre seu papel como parte do Terceiro Mundo ou como Potência entre as grandes, etc.. De lá para cá, a crise do petróleo, os déficits crescentes da balança de pagamentos, a "revelação" de que o Brasil passa por um surto agudo de inflação, a necessidade de apoiar, pela ação do Estado, empresas nacionais para evitar a desnacionalização, em suma, o reconhecimento, na prática, de que as críticas do MDB eram corretas, levou o governo à necessidade de uma revisão nas políticas.

Entretanto, em vez de assumir claramente a responsabilidade por essa revisão e de sair do inobilismo, o go



7

verno atual tenta remediar parcialmente as políticas econômico-sociais do passado, sem ousar uma mudança de modelo, e em vez de, no plano político marchar claramente para a redemocratização, silencia e propõe "fórmulas" desacreditadas por intermédio de seus líderes políticos: incorporação do AI-V à Constituição para "resolver" a questão da democracia, voto distrital e fortalecimento dos municípios, mantendo-se entre tanto o intervencionismo federal, mais "diálogo" entre os detentores de cargos públicos e a classe política, sem que o povo seja ouvido etc..

Frente a esta conjuntura o MDB também deve dar um salto para frente. Nossa tarefa básica, no plano partidário será a de transformar, de fato, o estado de espírito oposicionista num partido nacionalmente organizado. No plano geral, cabe-nos assumir como preocupação dominante, em matéria política, a "questão da democracia" e no plano social as reivindicações de igualdade que os tecnocratas oficiais relegam cada vez mais para um futuro distante e imprevisível.

II

Neste sentido, programaticamente o MDB defende que sua política passa pelo equacionamento do problema do restabelecimento das liberdades junto com a questão básica da igualdade social.



É preciso evitar as armadilhas: não pode haver igualdade social real numa sociedade em que exista monopolização econômica. Por consequência, mesmo que não se discuta o tomadas formas sociais de propriedade, ou seja, a questão do socialismo, é preciso reconhecer que para manter o epíteto "democracia", ainda que sem o rebarbativo "popular", é preciso colocar a questão das liberdades que permitam a organização das forças sociais que vão barganhar, no nível político, as condições de uma espécie de igualdade ex-post. Ou seja, parte-se de que os homens são socialmente desiguais e que esta desigualdade se reproduz e se amplia através das relações de propriedade e das relações de classe. Mas, e o mas é a mediatização possível, em condições dadas (políticas), os partidos, os sindicatos, a imprensa, as organizações da sociedade civil numa palavra, podem diminuir os efeitos cumulativos de desigualdade econômica e social, que o "livre jogo" dos interesses dominantes organizados impõem, através da Empresa e do Estado, ao conjunto da Nação.

Essa é a característica fundamental das democracias modernas (Suécia, Inglaterra e mesmo Estados Unidos). É falsa a discussão e oposição entre liberalismo, como puro reino das formas e protótipo das sociedades de "mercado político", que partem da racionalidade individual e abstrata, e por outro lado uma política de "conteúdo social" - no fundo, corporatista ou fascista. Para retomar o problema com sentido, é preciso discutir a relação entre organizações (como a



empresa e o sindicato, o estado e os partidos) que são desiguais quanto a seus fundamentos econômicos e que no processo político, pela força e não pela cálculo da razão, pactam normas (Estado de Direito) que permitem a correção parcial da tendência à desigualdade crescente (portanto, Estado social de direito).

Nas condições gerais do mundo contemporâneo, a discussão básica em cada nível (Estado, Partidos, Sindicatos, Empresas) é a da definição das formas de controle; Entre estas existem as diretas - a ordem institucional e a ordem privada - e as indiretas. Estas últimas implicam tanto os problemas da "cultura política" (a questão dos valores), como, especialmente, o problema da legitimidade do conflito e a necessidade de considerar como recurso político fundamental para a construção de uma ordem democrática e socialmente favorável à igualdade cívica, o problema do fluxo de informações.

No caso brasileiro, - a pré-condição geral da reorganização da ordem política é a da ativação do fluxo de informações e a da criação e resguardo dos canais de "formação" da opinião pública. É essa a luta imediata contra o fascismo possível.

Assim, os partidos de oposição antes de se definirem sobre a organização do estado e mesmo antes de colocar o problema da representação e da representatividade, têm



de colocar a questão da formação da opinião pública.

Aquí não pode haver embuste: ou bem se inõe ao Príncipe eventual - ao Estado - (mesmo que eventualmente o le deseje ser um déspota esclarecido) contratos sociais que assegurem o direito da sociedade civil à informação e o dever do Estado de assegurar os canais de transmissão (liberdade de imprensa, acesso obrigatório à TV por parte das oposições etc.), ou, no mundo contemporâneo torna-se obsoleta a discussão, aí sim "formal", sobre direitos políticos ou civis.

Nesse sentido, e reconhecendo o ponto de parti da paupérrimo de uma democratização no Brasil, política torna se naquilo que é quase seu oposto: pedagogia.

Além disso, a passagem da política oligárquica à política "para a massa", mas não "de massas", fez-se no Bra sil num contexto em que, no passado, o liberalismo formal-oli gárquico prescindia da opinião dos cidadãos e que hoje tão pou co se forma um público, mas, ao contrário, se homogeneiza uma reação adaptativa de massas.

A questão, entretanto, não se resolve, como já claramente queria D. Pedro II na discussão da Lei do Terço, po la educação formal, mas pela educação política, que é outra coisa.





Exemplar da "obscureza pedagógica" e da "sensibilidade para o problema fundamental do fluxo de informações e formação de uma opinião está no encaminhamento do MDB à questão sucessória presidencial.

III

Junto com o enfoque proposto de considerar as condições necessárias que devem estar subjacentes à formalização democrática, está a outra questão, a da igualdade cívica e do controle social necessário do Estado e da ordem política.

Aqui o problema de base (que alcança também o tópico anterior) é a questão de saber quais são as forças sociais da oposição.

Em resumo, há duas ou três opções extremas:

- a) a oposição será constituída pelo "setor da elite" (definida por qualquer critério) que discorda, em nome próprio ou por delegação não expressa do povo, do rumo que a atual elite governante está dando ao país por n + 1 razões. Neste caso as políticas propostas devem ser basicamente de cúpula. No limite, a oposição procurará infiltrar o estamento dominante e soprar no ouvido do Príncipe as luzes que supostamente lhe faltam;

acã
 Nesta opção, o autor clarifica como procedendo-se, sua vontade, a direção dos "democratas do governo" - o bi-partidarismo ou oligarquia.

b) a oposição será o resultado da ação dos que "nunca tiveram vez" na história política do Brasil, como os chamados setores marginais urbanos, os camponeses, os analfabetos etc.. Neste caso, a questão da democracia e da formação da opinião pública é utópica. Os caminhos do fortalecimento político deveriam passar pela mobilização populista ou contestatória;

*Det - o autor julga que os dados neste tópico só se -
cão utiliz no futuro, atendo ao do tópico c*

c) a oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados (de trabalhadores e de classe média), chamados "modernos" ou "integrados", englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos.

Obviamente, se o partido se limitar a mobilizar os integrantes dos círculos sociais indicados no tópico ^a ele se prestará ao jogo formal da criação do bi-partidismo oligárquico que parece ser o desejo secreto dos "democratas" ^b do governo. Exclui-se portanto esta hipótese da estratégia política de mobilização social e eleitoral do MDB.

As camadas e forças sociais indicadas no tópico ^b por sua própria situação, dificilmente poderão constituir a linha de frente de um partido democrático, favorável à igualdade social e organizado nacionalmente. Sem menosprezar o peso e o significado político e moral da existência de um



plas camadas "marginalizadas" na estrutura brasileira, o MDB considera, entretanto, que primariamente sua atividade no recrutamento de quadros e na dinamização da oposição pública deve estar baseada nas classes e grupos sociais mencionados no item c. Eles devem constituir a espinha dorsal do partido, à qual deverão juntar-se, no futuro, o protesto e as energias da maioria explorada mencionada no tópico b.

IV

Sendo assim, e descontando o que o centro tático da oposição será contra o AI-V, e por consequência a favor do habeas corpus e das liberdades civis e políticas, tem sentido falar em política como pedagogia (as "campanhas" do civilismo, porém num contexto não formal e, portanto, eventualmente até com militares) e insistir na formação de uma opinião pública ativa.

Mas o decisivo é dar a essas campanhas um conteúdo social igualitário. Neste sentido, recalcar a necessidade de ativar os sindicatos, as associações de bairros, os grêmios estudantis para, em bases não demagógicas, levantar as questões concretas que lhes interessem.

Noutros termos: há que transformar o MDB no "Partido dos Assalariados" e dar-lhes a estrutura organizatô



ria que necessitam para essas reivindicações.

Esta estratégia não visa apenas criar um partido reivindicativo canônico dos assalariados e, portanto, quem define no plano da ação social. Ela visa também um claro dobramento no plano político e possui um programa econômico definido.

Politicamente o sentido do programa do MDB na conjuntura atual é de constituir-se como uma barreira efetiva para evitar que formas corporativistas ou do fascismo caboclo se perpetuem no Brasil. Na medida em que houver um grande partido nacional, popular mas organizado, que vise informar a massa e criar mecanismos de decantação da opinião pública mas que não seja "de massas" na acepção populista-fascista, que vise acelerar o controle direto das instâncias fundamentais na decisão das políticas ao nível das empresas, da administração pública e do Estado, mas que seja um controle aberto e público, será mais difícil a implantação de uma ordem elitista-burocrático-tecnocrática.

Neste momento, no centro do sistema dominante, se aninha contraditoriamente forças tanto corporativistas - nacionalistas - baseadas numa espécie de "burguesia de estado ou burguesia fiscal" - como setores que são ideologicamente democratizantes (embora não populares e igualitários).



No equilíbrio instável entre estas tendências, que se cruzam com os interesses da burguesia internacionalizada, com a burguesia monopólica "multinacional" e com a "burguesia estatal", parece que a linha de força está por romper-se a favor desta última. Sabemos que ela pactará, no plano econômico, com os setores monopólicos externos, criando as bases para consolidar um novo "patamar desenvolvimentista", baseado no modelo "industrial-primitivo e exportador" ao qual se adicionará um setor de produção de equipamentos que eventualmente permitirá futura expansão do mercado interno. Mas, no plano político ela pode servir de trampolim para um "fascismo atualizado". O ângulo "social" (a mobilização e a integração econômica, sem participação política) pode ser uma cunha devastadora nas bases potenciais da oposição. Se a isso a oposição responder apenas com a mística dos direitos, será trágica e facilmente.

O MDB responderá a estas propostas do governo denunciando a espoliação salarial que reduz de muito os benefícios que os trabalhadores recebem com este estilo de desenvolvimento. E mostrará concretamente, comparando os salários com os preços dos produtos de consumo popular, os efeitos devastadores da alta do custo de vida gerada pelo crescimento dependente e monopólico de nossa economia. E proporá um novo estilo de desenvolvimento, nacional e em benefício da maioria da população.



Seu papel, além de responder por no âmbito da
 (empresa) e não para), não é empresa pública (que também é
 monopólio) mas dependendo do controle democrático dela. Co-
 mo? Pelo Congresso mas também diretamente a nível da Empresa.
 E é preciso reviver a crítica ao novo modelo de dependência ex-
 terna, pelos efeitos distorcionadores que ele produz na ordem
 interna: na distribuição e no controle dos frutos do desen-
 volvimento. Será preciso, por outro lado, reviver a questão
 agrária, discutir as políticas urbanas, reorientar o FNN, de-
 nunciar a carência. Em suma, olhar para os problemas do de-
 senvolvimento a partir do ângulo de honra e da entrada explo-
 radas (trabalhadores, mulheres, juventude etc.), como o faz o
 manual do MDB para a campanha eleitoral.

Ou seja, o MDB não aceita oposição entre fasci-
 cismo ou democracia formal, mas propõe uma Democracia baseada
 na ativação de todas as camadas da sociedade, no controle das
 decisões pelas bases, na organização formal das esferas de
 competência e de direito e na orientação claramente nacional
 e igualitária em políticas de desenvolvimento econômico. Em
 lugar de minúsculas antíteses entre Segurança (para alguns) e
 Desenvolvimento (para outros da maioria), o MDB propõe Partici-
 pação, Controle Democrático, Desenvolvimento em benefício da
 maioria.



F

I

M